



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO

## EDITAL DE LICITAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO 90005/2026**

**Processo Administrativo Nº 0004993-76.2025.4.01.8009**

<b>CONTRATANTE</b>	Seção Judiciária de Mato Grosso
<b>UASG</b>	90021
<b>OBJETO</b>	Contratação de serviços especializados de operação, limpeza, manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização do edifício sede da Seção Judiciária de Mato Grosso, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e residente, incluindo o fornecimento de peças genuínas e/ou originais do fabricante do ar central tipo Chiller, do sistema Multisplit dutado, splits piso teto e de parede - inclusive remanejamento e instalação de novos aparelhos da sede da Seção Judiciária de Mato Grosso, incluindo todas as eletrobombas interligadas ao sistema de refrigeração central, de acordo com os manuais dos fabricantes e segundo as normas técnicas e de segurança vigentes, com regime de dedicação de mão de obra exclusiva.
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO</b>	R\$ 157.868,04 (cento e cinquenta e sete mil oitocentos e sessenta e oito reais e quatro centavos)
<b>DATA DA SESSÃO PÚBLICA</b>	01/06/2026
<b>HORÁRIO</b>	<b>14:00 horas (horário de Brasília)</b>
<b>LOCAL</b>	Portal de Compras do Governo Federal – <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a>
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	Menor preço
<b>MODO DE DISPUTA</b>	Aberto e fechado

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a UNIÃO, por meio da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento por menor preço, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços especializados de operação, limpeza, manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização do edifício sede da Seção Judiciária de Mato Grosso, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e residente, incluindo o fornecimento de peças genuínas e/ou originais do fabricante do ar central tipo Chiller, do sistema Multisplit dutado, splits piso teto e de parede - inclusive remanejamento e instalação de novos aparelhos da sede da Seção Judiciária de Mato Grosso, incluindo todas as eletrobombas interligadas ao sistema de refrigeração central, de acordo com os manuais dos fabricantes e segundo as normas técnicas e de segurança vigentes, com regime de dedicação de mão de obra exclusiva, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em lote único.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O preço máximo estimado e admitido pela Administração para o objeto deste certame, corresponde à **R\$ 157.868,04 (cento e cinquenta e sete mil oitocentos e sessenta e oito reais e quatro centavos)**.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.5.3. sociedades cooperativas, por sua natureza jurídica ser incompatível com o necessário vínculo de subordinação direta e pessoalidade entre os obreiros e o empregador na execução do objeto a ser contratado com o tomador dos serviços

2.5.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.5.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta,

colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.9. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.5.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/21](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.5.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.1.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.1.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.1.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.1.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.1.5. A falsidade da declaração de que trata o item 3.1 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital

3.2. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento;

3.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#),

observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21](#).

3.3.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.3.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.4. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.4.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.4.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.4.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.4.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.4.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.4.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.4.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.4.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

3.4.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

3.4.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;

3.4.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre

os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima

3.8.3. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.8.3.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.8.3.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto;

3.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. **descrição completa do serviço ofertado e valor para 12 meses de contratação;**

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, optante pelo **Simples Nacional**, que, porventura venha a ser contratada, **não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação** em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II e o

art. 31, inciso II, da Lei Complementar 123/06.

4.7.1. A licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais.

4.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

4.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

4.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO

4.15. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor para 12 meses de contratação**;

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. No modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.13.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.15. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.15.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.15.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior

ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.15.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.15.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.15.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.16.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133/21](#), nesta ordem:

5.16.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.16.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.16.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.16.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.16.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.16.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.16.2.2. empresas brasileiras;

5.16.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.16.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.16.3. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo (AC TCU 723/2024).

5.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.17.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.17.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.17.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.18. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo estabelecido, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.18.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)

6.6. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.

### **6.7. Para fins de julgamento:**

6.7.1. Todas as propostas apresentadas nesta licitação deverão considerar a incidência da contribuição patronal sobre a folha de pagamento, sem levar em conta a opção pela desoneração da folha de pagamento, prevista nos artigos 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com alterações introduzidas pela Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024.

6.7.1.1. caso a licitante vencedora seja optante pela desoneração da folha de pagamento, referida no subitem anterior, poderá usufruir desse benefício durante a execução contratual, desde que haja previsão legal vigente. Nesse caso, a planilha de custos será ajustada para refletir o regime tributário adotado, enquanto perdurar o período de transição estabelecido na legislação aplicável, mediante simples apostila ao contrato, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

6.7.2. somente serão aceitas propostas cuja PCFP adote, para a soma das rubricas salário e auxílio-alimentação, valores iguais ou superiores aos previstos no instrumento coletivo paradigma aplicável à categoria profissional na base territorial de execução, admitidos, a critério da Administração e mediante justificativa, outros benefícios de natureza social essenciais à dignidade do trabalho. (Acórdão nº 1207/2024 – Plenário - TCU)

6.7.3. o licitante deverá apresentar declaração expressa acerca do enquadramento sindical da empresa, da atividade econômica preponderante e da justificativa para a adoção do instrumento coletivo de trabalho em que se baseia a proposta, nos termos do Acórdão nº 1207/2024 – Plenário - TCU.

6.7.4. o licitante deverá enviar documentos que comprovem o FAP / RAT ajustado da empresa, o Acordo, CCT ou Dissídio Coletivo utilizado para elaboração da sua proposta, e planilha de custos em formato xls;

6.7.5. o licitante deverá enviar documentos que comprovem o regime tributário, assim como demonstrativo de cálculo das alíquotas

6.7.6. é irregular a inclusão do IRPJ ou da CSLL nas planilhas de custo ou no BDI do orçamento base de obra. O IRPJ e a CSLL não podem ser repassados ao contratante, dada a sua natureza direta e personalística, não devendo, tais tributos, constar em item da planilha de custos ou na composição do BDI. Nesse sentido estão os Acórdãos 2.886/2013-TCU-Plenário, 1.696/2013-TCU-Plenário, 325/2007-TCU-Plenário, 4.277/2009-TCU-1ª Câmara.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. contiver vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;

6.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

6.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12.1. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

6.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.13.1. o ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.13.2. considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.15. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

6.16. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/21](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, sem prejuízo da faculdade da Administração em exigir a apresentação dos documentos que julgar necessários à adequada análise da habilitação.

7.1.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em

original, por cópia autenticada.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo estipulado, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em

relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13.3. a Administração poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar informações e exigir, quando entender necessário, a apresentação de notas fiscais, contratos, certidões ou outros documentos, a fim de verificar a autenticidade e a veracidade das declarações prestadas pelos licitantes, nos termos do art. 64, caput e §3º, da Lei nº 14.133/2021 e Acórdão nº 1.610/25 do TCU.

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133/21](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/21](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133/21](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/21](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o

qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133/21](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: [cpl.mt@trf1.jus.br](mailto:cpl.mt@trf1.jus.br) ou por petição dirigida ou protocolada na Justiça Federal de 1º Grau – Seção Judiciária de Mato Grosso, Av. Historiador Rubens de Mendonça, 4.888 – Centro Político Administrativo – Cuiabá/MT – CEP nº 78.050-910.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e <https://www.trf1.jus.br/sjmt/compras-licitacoes-e-contratos/licitacoes-e-compras>

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. **ANEXO I** - Termo de Referência; e

11.11.2. **ANEXO II** - Minuta de Contrato.

Pregoeiro(a)



Documento assinado eletronicamente por **Renata Freitas Siqueira, Supervisor(a) de Seção**, em 15/05/2026, às 12:29 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **25104780** e o código CRC **DC3C6DC8**.

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. OBJETO**

1.1 Contratação de serviços especializados de operação, limpeza, manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização do edifício sede da Seção Judiciária de Mato Grosso, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e residente, incluindo o fornecimento de peças genuínas e/ou originais do fabricante do ar central tipo Chiller, do sistema Multisplit dutado, splits piso teto e de parede - inclusive remanejamento e instalação de novos aparelhos da sede da Seção Judiciária de Mato Grosso, incluindo todas as eletrobombas interligadas ao sistema de refrigeração central, de acordo com os manuais dos fabricantes e segundo as normas técnicas e de segurança vigentes, com regime de dedicação de mão de obra exclusiva.

#### **2. DA JUSTIFICATIVA**

##### **2.1. Motivação e objetivo a ser alcançado por meio da contratação:**

A contratação dos serviços especializados de operação, limpeza, manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização da Seção Judiciária de Mato Grosso, incluindo todo o edifício-sede e toda edificação do Arquivo Judicial, e tem como motivação principal a necessidade de garantir o pleno funcionamento dos equipamentos de climatização, especialmente o sistema central tipo Chiller e suas eletrobombas interligadas. O objetivo é assegurar condições adequadas de conforto térmico e qualidade do ar, promovendo um

ambiente saudável e seguro para o desempenho das atividades jurisdicionais e administrativas. A medida visa atender ao interesse dos usuários internos e externos, prevenindo falhas operacionais, reduzindo riscos à saúde e à segurança dos usuários, e assegurando a continuidade dos serviços prestados pela Justiça Federal de Mato Grosso.

O objetivo da licitação é a contratação do serviço de operação e manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, para o sistema de climatização do Prédio Sede e anexos da Seção Judiciária de Mato Grosso, incluindo o Chiller, ares do tipo Multisplit, Split e VRF (inclusive remanejamento e instalação de novos aparelhos) dispostos na Sede da Seção Judiciária e no prédio do Arquivo Judicial, **com o fornecimento de mão de obra exclusiva/residente** e utilização de peças, insumos e componentes genuínos dos respectivos fabricantes. Entende-se por:

- **Operação:** iniciar e finalizar o funcionamento dos equipamentos em períodos pré-determinados;
- **Manutenção preventiva:** Serviços de limpeza e higienização dos componentes dos sistemas de climatização; Verificação e ajuste das cargas de gás refrigerante; Inspeção e limpeza dos filtros de ar; Inspeção e reaperto das conexões elétricas; todas as ações destinadas a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações dos Sistemas, mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas; e Verificação do funcionamento dos sistemas de controle e automação.
- **Manutenção corretiva:** Reparos e substituição de componentes defeituosos; Reposição de peças de reposição mantidas em estoque; Atendimento a chamados de emergência com tempo de resposta imediato; todas as ações destinadas a reparar e corrigir quebras e defeitos apresentados nas instalações dos Sistemas, mantendo-as em perfeito funcionamento; e
- **Fornecimento de peças:** aquelas constantes da planilha de composição de custo de formação de preços que compõe este termo.

## 2.2. Benefícios diretos:

- Melhoria imediata na climatização dos ambientes da sede, proporcionando conforto térmico aos servidores, magistrados e usuários.
- Redução de falhas e interrupções no funcionamento dos sistemas de refrigeração.
- Atendimento às normas técnicas e de segurança vigentes, com manutenção realizada por empresa especializada.
- Preservação da vida útil dos equipamentos por meio de manutenção preventiva e uso de peças genuínas.

## 2.3. Benefícios indiretos:

- Aumento da produtividade dos servidores, decorrente de melhores condições ambientais de trabalho.
- Redução de custos com reparos emergenciais e substituição de equipamentos danificados.
- Fortalecimento da imagem institucional da Justiça Federal como órgão comprometido com a segurança, eficiência e qualidade dos serviços públicos.
- Contribuição para a sustentabilidade, por meio da otimização do consumo energético dos sistemas de climatização.

## 2.4. Correlação com o planejamento existente:

Este projeto está alinhado à Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região e aos macrodesafios

do Poder Judiciário para promover a eficiência operacional e a sustentabilidade, conforme Plano Estratégico da Justiça Federal (2021-2026). Alinha-se, ainda, ao Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – PLS/TRF1 2021-2026, que visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

**3. DESCRIÇÃO E QUANTIDADE E DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Local de execução
1	Manutenção, operação e limpeza no sistema de climatização, compreendendo os serviços relacionados nos anexos do presente termo e planilha de formação de preços que compõe o presente Termo.	Un.	01	Cuiabá

**3.1. ESPECIFICAÇÕES PARA AQUISIÇÃO/EXECUÇÃO DO OBJETO/SERVIÇO**

3.1.1. Para fornecimento da mão de obra e dos produtos/materiais é necessário informar na proposta:

- prazo de entrega;
- garantia do serviço;
- marca do produto;
- qualificação do técnico responsável pelas operações diárias;
- qualificação e número do CREA do responsável pelo suporte técnico, inclusive *in loco* sempre que se fizer necessário;

**3.2. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL:**

3.2.1. Deverá ser executada manutenção preventiva detalhada e especificada, com laudo técnico assinado por engenheiro responsável, devendo ser encaminhada juntamente com a documentação mensal, compreendendo os serviços elencados no anexo I;

**3.3. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA:**

3.3.1. Será feita manutenção corretiva, conforme itens 5, 6 e 7 do anexo I, sempre que houver necessidade, com laudo técnico assinado por engenheiro responsável, informando as peças substituídas, tanto das manutenções preventivas, quanto das manutenções corretivas, bem como apontamentos e sugestões não previstas.

**3.4. EQUIPE TÉCNICA RESIDENTE:**

Composta pelos seguintes profissionais nas quantidades indicadas: 1 (um) mecânico de refrigeração. O membro da equipe técnica residente deverá cumprir jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, no horário das 8h (oito horas) às 18h (dezoito horas) de segunda a sexta-feira e de 08h (oito horas) às 12h (doze horas) no sábado, podendo haver banco de horas para compensação mediante anuência e conveniência da Administração, bem como nas hipóteses previstas no item 3.4.4.

**3.4.1.** A comprovação da experiência dos profissionais deverá ser feita cumulativamente:

**3.4.1.1.** Por meio da apresentação da carteira de trabalho (CTPS) ou documento equivalente, ou ainda, declaração válida emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

**3.4.1.2.** Certificado de curso técnico de mecânico/técnico de refrigeração expedido por instituição certificada.

**3.4.2.** Os integrantes da equipe de técnicos residentes deverão realizar todas as manutenções preventivas e corretivas no sistema objeto deste contrato, além de serem responsáveis por operá-los.

**3.4.3.** A CONTRATADA não pode alegar atraso nas manutenções preventivas, devendo, se necessário, encaminhar apoio à equipe residente sem ônus para a Contratante, devendo o custo estar previsto na planilha de formação de preços apresentada.

**3.4.4.** Poderá ocorrer compensação da jornada de trabalho, nos termos previstos no artigo 59, § 2º, da CLT c/c com a Súmula nº 85 do TST, nas situações a seguir:

**3.4.4.1.** Realização de mutirão de audiências realizados pela Justiça Federal, seja no interior ou fora de suas dependências.

**3.4.5.** A CONTRATADA será informada com antecedência da realização dos eventos acima mencionados, devendo a Administração Pública permitir a efetiva compensação até o final do mês subsequente ao da realização do evento.

**3.4.6.** Caberá à CONTRATADA celebrar acordo individual de trabalho com os prestadores lotados na Justiça Federal prevendo a forma de compensação de jornada de trabalho, nos termos acima descritos.

**3.5.** Além dos profissionais mencionados no Item 3.4, a CONTRATADA deverá contar com o profissional de nível superior, na categoria engenheiro mecânico, com registro na entidade de fiscalização profissional competente e documentação regular, especialidade mecânica de equipamentos de refrigeração, que tenha experiência para o desempenho das atividades de manutenção, o qual ficará responsável pela execução das rotinas abaixo dispostas, bem como pela responsabilidade técnica dos serviços.

**3.5.1.** O Engenheiro Mecânico deverá ter experiência de mais de 2 (dois) anos, estar devidamente registrado no Conselho de Classe e possuir conhecimento comprovado na área de refrigeração, especialmente em comandos elétricos de equipamentos equivalentes aos instalados nos edifícios da Seção Judiciária de Mato Grosso.

**3.5.2.** O engenheiro será o responsável técnico pelo acompanhamento dos serviços da equipe residente e pela:

**3.5.2.1.** Apresentação de Relatório Semestral sobre o controle da qualidade do ar;

**3.5.2.2.** Emissão de Relatório Mensal sobre as manutenções preventivas e corretivas realizadas nos equipamentos instalados edifícios da Seção Judiciária de Mato Grosso;

**3.5.2.3.** Emissão de Laudos e Pareceres Técnicos a respeito do sistema de refrigeração como um todo, bem como dos equipamentos, sempre que acionado pela fiscalização da Contratante;

**3.5.2.4.** Execução do Plano de Manutenção, Operação e Atualização (PMOC);

**3.5.2.5.** Carga horária de 10 horas mensais.

**3.6.** O profissional relacionado no Item 3.5 deverá realizar visitas semanais no local dos serviços, para acompanhamento das manutenções e avaliação do sistema como um todo, as quais serão devidamente atestadas pelo executor do contrato.

**3.7.** Sempre que não for possível realizar os reparos nas dependências da Contratante, as peças ou os componentes poderão ser deslocados, sem ônus para a Contratante, até a oficina da CONTRATADA, mediante autorização expedida pelo executor do contrato.

**3.8.** Na autorização, a que se refere o Item 3.7, deverá estar descrito o estado em que se encontra o material a ser deslocado e o serviço a ser executado, bem como determinado o prazo de sua conclusão e as razões da impossibilidade do conserto nas dependências da Contratante, documento esse a ser assinado pelo Executor do Contrato e pelo técnico da CONTRATADA.

**3.9.** Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade pelo deslocamento de seus técnicos às dependências da Contratante, pela retirada e entrega das peças danificadas e todas as despesas de transporte, frete e seguros correspondentes.

**3.10.** Toda substituição de peças ou componentes deverá ser previamente comunicada ao executor do contrato para fins de autorização e acompanhamento dos serviços por pessoa designada.

**3.11.** Poderão ser solicitados à CONTRATADA, sem ônus para a Contratante, serviços de mão de obra para a remoção, instalação ou remanejamento de grelhas, difusores e demais elementos que não constituam peças ou componentes dos equipamentos, mas que de alguma forma façam parte do sistema de ar-condicionado como um todo, mesmo que os materiais sejam fornecidos pela Contratante, bem como serviços de deslocamento e instalações de novos equipamentos.

#### **4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO E CONTROLE DA QUALIDADE DO AR**

4.1. Inclui-se nos serviços prestados, o qual deve estar devidamente orçado na planilha de formação de custo, a análise microbiológica da qualidade do ar. De tal forma, deve a **CONTRATADA** providenciar a coleta de amostras de todo o sistema de condicionamento de ar, em pontos alternados e aceitos pelo Contratante. O resultado da análise deverá constar em Laudo Técnico conclusivo, a ser entregue à Contratante.

4.2. Para efeito de análise, serão colhidas amostras nos seguintes locais: ar de mistura (zona primária), ar de insuflamento (zona secundária ou dutos) e ar de ambiente (zona terciária), bem como do ar atmosférico.

4.3. Os procedimentos deverão atender às exigências das normas do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, da Associação Brasileira de Normas Técnicas e de quaisquer outras pertinentes à matéria.

4.4. Os Laudos Técnicos de análises microbiológicas deverão ser emitidos por laboratório credenciado junto aos órgãos sanitários adequados e assinados por profissional devidamente registrado no órgão de classe competente.

4.5. Sempre que for detectada presença de fungos patogênicos e toxigênicos ou bactérias patológicas, pela análise qualitativa, a **CONTRATADA** deverá informar a Contratante, através de Laudo Técnico, para que esta promova a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de limpeza e desinfecção interna dos dutos.

4.6. Os valores para os parâmetros físicos de temperatura, umidade, velocidade e taxa de renovação do ar e de grau de pureza do ar, deverão estar de acordo com a NBR 6401 - Instalações Centrais de Ar Condicionado para Conforto, Parâmetros Básicos de Projeto, da ABNT.

4.7. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.8. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.9. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.10. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.11. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora

4.12. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.13. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da

assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização

4.14. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária

4.15. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.16. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.17. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.18. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.19. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.19.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.19.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.19.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.20. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.21. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.22. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.23. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.24. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.25. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.26. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não

caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.27. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.28. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.29. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.30. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.31. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.32. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.33. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.34. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.35. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.36. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## **5. DA AQUISIÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

5.1. A aquisição será feita mediante **licitação, na modalidade Pregão Eletrônico**, nos termos da Lei 14.133/2021.

## **6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

6.1. Somente concorrerão à qualificação para fins de participação da fase de lances as propostas que atenderem às condições do Edital e seus Anexos.

6.2. O julgamento e a adjudicação do objeto da licitação serão realizados por **MENOR PREÇO para o ITEM ofertado**.

6.3. Não serão consideradas quaisquer vantagens não previstas no Edital.

6.4. No julgamento da licitação levar-se-á em consideração o valor ofertado pelas licitantes, devendo ser declarada vencedora aquela que, habilitada, seja também a autora do menor preço julgado aceitável pelo Pregoeiro.

6.5. Serão desclassificadas as propostas:

6.5.1. com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis ou valores totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou igual a zero.

## **7. PRAZO DE ENTREGA**

7.1. O prazo de entrega dos serviços começará a contar a após a **assinatura eletrônica** do contrato com o recebimento da Ordem de Serviço. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da Administração.

## **8. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

<b>Local</b>	<b>Endereço</b>	<b>Gestor / telefone / e-mail</b>	<b>Horário de atendimento</b>
Cuiabá	Seção Judiciária de Mato Grosso Avenida Rubens de Mendonça, n. 4.888 CPA - Cuiabá/MT - CEP: 78.050-910	Gustavo Barros  Fone: (65) 3614-5770  e-mail: seseg.mt@trf1.jus.br	11h às 18h

## **8. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

8.1. A execução será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela contratante, que efetuará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com o objeto do contrato e notificar a CONTRATADA para regularização das falhas observadas.

8.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do executor deverão ser solicitadas a(o) Diretor(a) do Núcleo de Administração de Serviços Gerais do Contratante, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

8.3. O aceite/aprovação da execução pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade e/ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente.

8.4. Adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentados pelos serviços fornecidos;

8.5. À Contratante reserva-se o direito de proceder diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o Contratado às cominações legais.

8.6. Nos termos de art. 3º combinado com o art. 39, VIII da Lei n.º 8.078 de 11 de setembro de 1990 – Código de Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas, pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

8.7. A empresa deverá contratar funcionário que tenha disponibilidade para prestação de horas extras, caso seja necessário, a critério da Administração.

8.8. A empresa deverá possuir funcionários que tenham disponibilidade para desempenhar as funções aos sábados, domingos e feriados legais (municipais, estaduais e federais), quando solicitado pela Contratante.

8.8.1. A solicitação para funcionamento nos dias mencionados no item 15 será efetuada via e-mail ou celular indicado pela Contratada.

8.9. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.

**8.10.** A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços somente após o recebimento de ORDEM DE SERVIÇO expedida pela CONTRATANTE contendo autorização específica para tal fim.

**8.11.** Caberá à CONTRATADA o fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual à sua equipe técnica, observando:

**8.11.1.** No início do período contratual, a CONTRATADA deverá fornecer 4 (quatro) mudas completas de uniforme para cada funcionário. Semestralmente, 2 (duas) novas mudas devem ser fornecidas.

**8.11.2.** O uniforme será composto de calça em brim, camisa gola polo com bolso e bota.

**8.12.** A qualquer tempo, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar, por motivo justificado, a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA.

**8.13.** A critério da FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá apresentar os materiais substituídos ou, antes, solicitar ou aguardar autorização prévia, para que seja verificada a necessidade real da substituição ou reparo do material ou equipamento.

**8.14.** Os materiais a serem empregados devem ser de ótima qualidade, sendo que a FISCALIZAÇÃO poderá recusar a aplicação de substitutos que julgar não convenientes à manutenção de desempenho ou vida útil dos equipamentos e sistemas.

**8.15.** Os serviços consistem na operação, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças constantes dos anexos, a serem realizados por equipe técnica residente e visitas técnicas programadas. Estas devem englobar todas as ações permanentes, periódicas, pontuais e emergenciais nos equipamentos do sistema.

**8.16.** Os serviços de manutenções preventiva e corretiva incluem testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem, verificação das condições operacionais, análises de vazamentos, condições de lubrificação, eficiência, consumo elétrico e limpeza dos equipamentos.

**8.17.** As rotinas de manutenção aqui apresentadas são referências mínimas; a CONTRATADA deverá providenciar todas as demais ações necessárias ao pleno funcionamento dos sistemas, submetendo rotinas complementares à aprovação da FISCALIZAÇÃO.

**8.18.** A CONTRATANTE poderá modificar rotinas ou periodicidade mediante comunicação por escrito, cabendo à CONTRATADA o prazo de 3 (três) dias úteis para análise e ajustes.

**8.19.** Os serviços de operação e manutenção serão executados nas dependências da Seção Judiciária do Pará, nos prédios descritos, no período das 8h às 18h, podendo ocorrer em outros horários por solicitação da CONTRATANTE.

**8.20.** A CONTRATADA será responsável por concluir serviços iniciados no expediente em finais de semana ou período noturno quando afetarem atividades essenciais, devendo formalizar solicitação de autorização.

**8.21.** Todos os custos deverão estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA.

**8.22.** A CONTRATADA disponibilizará recursos humanos necessários à execução dos serviços, conforme discriminação dos subitens seguintes:

**8.22.1.** A vistoria técnica inicial deverá ocorrer até o 5º dia útil após a ordem de início, resultando em Relatório de Avaliação Técnica Inicial, a ser entregue em até 15 dias e analisado pela CONTRATANTE em até 30 dias.

**8.22.2.** A CONTRATADA executará todas as intervenções previstas no relatório aprovado, em até 15 dias, salvo casos de indisponibilidade de peças no mercado, situação em que deverá informar os prazos.

**8.22.3.** Manutenção Preventiva — realizada para evitar defeitos e manter parâmetros de eficiência:

**8.22.3.1.** Inspeção: verificação programada conforme recomendações do fabricante.

**8.22.3.2.** Revisão: verificações programadas para reparos, limpeza ou reposição de componentes.

**8.22.4.** Manutenção Corretiva — restabelece condições ideais de funcionamento dos equipamentos:

**8.22.4.1.** Será realizada sempre que necessária, mediante comunicação e autorização da CONTRATANTE.

**8.22.4.2.** Inclui atendimento a emergências quando a equipe residente não puder solucionar o problema.

**8.22.5.** Operação: consiste no estabelecimento de padrões operacionais, configuração, monitoramento do sistema informatizado, controle dos parâmetros e atendimento a usuários.

## **9. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

9.1. O presente Contrato terá vigência de 12 meses a partir da do contrato ou do recebimento da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por igual período ou fração, mediante Termo Aditivo, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal (10 anos), desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

9.2. A empresa deverá realizar o **cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, através do Portal do TRF1ª Região, no prazo de 03 (três) dias úteis a partir da solicitação pelo setor competente, para assinatura do contrato e futuras alterações contratuais.**

9.3. O adjudicatário deverá verificar a inexistência de irregularidades perante o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

9.4. A SJMT realizará consulta prévia ao CADIN antes da emissão da nota de empenho/lavratura do contrato, nos termos do artigo 6º-A da Lei nº 10.522/2002.

9.5. A consulta ao CADIN será realizada também previamente à assinatura de aditamentos contratuais, incluindo prorrogações de prazo e alterações de objeto. A existência de registro no CADIN no momento da consulta impedirá a formalização do aditivo.

9.6. Caso a empresa adjudicatária esteja inscrita no CADIN no momento da emissão da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, será aplicada a regra geral de convocação da segunda colocada ou das subsequentes, conforme previsto no instrumento convocatório e na legislação vigente.

9.7. O não cumprimento dos requisitos para emissão da nota de empenho/lavratura do contrato no prazo estipulado neste instrumento poderá ser interpretado como recusa da adjudicatária em formalizar o ajuste, aplicando-se as seguintes sanções:

- a) Perda do direito à emissão da nota de empenho;
- b) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 (dois) anos, conforme artigo 156, III, da Lei nº 14.133/2021; e
- c) Registro da ocorrência no SICAF.

9.8. Antes da aplicação das penalidades, será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa,.

9.9. Caso seja constatado registro no CADIN durante a execução do contrato, a Administração poderá avaliar a rescisão motivada, conforme a legislação vigente e os impactos na continuidade da prestação do serviço ou fornecimento.

9.10. A contratação prevê a retenção em conta corrente vinculada:

9.11. Em cumprimento às determinações da Resolução CNJ N. 169/2013, de 31.01.2013, alterada pela Resolução CNJ N. 183/2013, de 24.10.2013, haverá retenção sobre o montante mensal devido à empresa sobre as rubricas abaixo previstas, devendo ser depositados em conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - aberta em

nome da empresa, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem da Administração contratante:

- a) férias;
- b) 1/3 constitucional;
- c) 13º Salário;
- d) multa do FGTS por dispensa sem justa causa e;
- e) incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

9.12. Os percentuais de retenção referentes às provisões dos encargos trabalhistas e demais condições serão definidos em edital.

**9.13. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro**, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

9.13.1. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

9.13.2. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

9.13.3. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

9.13.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

9.13.5. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

9.13.6. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

9.13.7. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

9.13.8. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

9.13.9. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

9.13.10. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

9.13.10.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de

custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

9.13.10.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

9.13.10.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

9.13.10.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

9.13.10.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

9.13.10.6. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

9.13.11. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

9.13.12. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.13.13. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.13.14. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

9.13.15. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

9.13.16. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

9.13.17. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

9.13.18. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

9.13.19. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

9.13.20. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

9.13.21. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

9.13.22. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 45 dias, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

9.13.23. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

9.13.24. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

9.13.25. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

9.13.26. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

9.13.27. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

9.13.28. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

9.13.28.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

9.13.29. A empresa deverá encaminhar planilha em formato xls, comprovante do FAP/RAT, Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado e comprovante do regime tributário.

## **10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **10.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

10.1.1. A contratada deverá manter 01 (um) operador técnico especializado e uniformizado, na sede da JFMT, de segunda a sexta-feira, no período das 09h às 18h (com 01 hora de almoço), para o acionamento das máquinas e o desligamento no final da tarde.

10.1.1.1. A contratada deverá manter em seu quadro de funcionários Engenheiro Mecânico para atendimentos técnicos, emergenciais e de urgências.

10.1.2. Para os atendimentos emergenciais a contratada deverá ter disponível e ao alcance, por telefone, técnico e/ou engenheiro capaz de dar a solução 24 horas por dia e em todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados;

10.1.3. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente e cláusulas pactuadas neste ajuste;

10.1.4. Atender as solicitações emitidas pela contratante, disponibilizando profissionais habilitados nas áreas em que irão efetuar os serviços de manutenção preventiva e corretiva, e outras condições técnicas estabelecidas entre as partes;

10.1.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços prestados, objeto deste contrato, independentemente da fiscalização ou acompanhamento da contratante;

10.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas à época da contratação, nos termos do inciso XVI do art. 92 da Lei 14.133/21;

10.1.7. Atender as solicitações de manutenção corretiva no prazo previsto no item 5 do anexo I deste termo, após a ciência do comunicado expedido pela contratante, salvo motivo de impedimento devidamente justificado;

10.1.8. Atender a todas as despesas de qualquer natureza com o pessoal de sua contratação, necessária à execução deste;

10.1.9. Responsabilizar-se pelos danos ou prejuízos causados à contratante, por ação ou omissão própria ou de qualquer de seus empregados, durante a execução dos serviços:

10.1.9.1. Às unidades condicionadoras de ar devido a má utilização dos equipamentos durante a execução dos serviços de manutenção;

10.1.9.2. Às unidades condicionadoras de ar devido ao mal dimensionamento da carga, advindo uma sobre carga;

10.1.9.3 Nas peças elétricas ou mecânicas que não foram substituídas por negligência;

10.1.9.4 Às unidades condicionadoras de ar, devido à ausência de uma proteção eficaz contra as correntes de curto e das sobretensões;

10.1.9.5 Às unidades condicionadoras de ar (motores/ventiladores) que foram pela contratada colocados as intempéries, isto é, em contato direto com o sol e a chuva;

10.1.10. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela contratante;

10.1.11. Manter durante a execução deste contrato seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos equipamentos de proteção individual – EPI's;

10.1.12. Fazer constar, detalhadamente nas notas fiscais/faturas, os serviços realizados em cada equipamento, devidamente identificado (modelo, ano, número de registro patrimonial – RP – n. de série, etc.) e número deste contrato.

10.1.13. Correrá por conta da contratada todas as despesas necessárias para a realização dos serviços.

10.1.14. Providenciar a imediata correção de deficiências apontadas pela contratante na execução do presente contrato;

10.1.15. A manutenção deverá ser executada por pessoal próprio da empresa, não sendo aceita subcontratação de mão de obra, exceto para apoios emergenciais, mediante aprovação prévia da Administração;

10.1.16. A supervisão dos serviços deverá ser executada a nível de Engenharia, inclusive com as Anotações de Responsabilidade Técnica dos serviços ordinários mensais e daqueles eventuais (corretivos);

10.1.17. Deverão ser emitidos relatórios mensais, com descrição de todos os serviços executados, conforme determinação legal e de norma, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica assinada pelo Engenheiro responsável;

10.1.18. As manutenções serão executadas de acordo com a portaria 3523 de 28/08/1998 do Ministério da saúde e Resolução 176 da ANVISA;

10.1.19. Registrar o Contrato no CREA quando do 1º pagamento e apresentar a ART à Administração quando do início do contrato;

10.1.20. O uniforme do operador previsto no subitem 1 deve ser substituído de 06 em 06 meses ou em prazo inferior caso haja desgaste do uniforme;

10.1.21. A Empresa CONTRATADA será responsável por disponibilizar equipamento similar quando houver necessidade de deslocamento para execução de serviços de maior complexidade;

10.1.22. Quando houver necessidade de trocar ou substituir peças e equipamentos ou fazer serviços de reparo de algum item elencado no anexo I, a CONTRATADA o fará sem custo para a contratante;

10.1.23. A Contratada deverá apresentar, num prazo de 30 dias após a assinatura do contrato, certificado de capacitação, fornecido pelo fabricante ou empresa credenciada, para manter e operar o equipamento a ser mantido, ou comprovar que os funcionários possuem experiência mínima de 12 (doze) meses na manutenção de sistemas com *chiller* de água gelada compatíveis aos instalados nas dependências da CONTRATANTE, comprovada na carteira de trabalho.

## **10.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

10.2.1. Comunicar por escrito e tempestivamente, à contratada, qualquer alteração desejada neste contrato, bem como de qualquer necessidade eventual ou necessária para o bom desempenho da prestação dos serviços objeto deste contrato;

10.2.2. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas deste Contrato;

10.2.3. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;

10.2.4. comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade ocorrida durante a realização dos serviços;

10.2.5. Designar servidor responsável para o acompanhamento e fiscalização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva;

10.2.6. Solicitar, quando necessário, a prestação de serviços a título de horas extras, fixando o período em dias e horas;

10.2.7. Fornecer as peças solicitadas pela Contratada, para eventuais reparos não previstos nos anexos.

## **11. PAGAMENTO**

11.1. A CONTRATADA deverá encaminhar, **preferencialmente, por e-mail**, a Nota Fiscal que consignará valores em Reais, o nome do banco, agência e número da conta corrente, ao setor responsável pela aquisição, que atestará a Nota Fiscal e encaminhará à Seção de Execução Orçamentária e Financeira. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário na conta corrente da Contratada, até o 15º (décimo quinto) dia corridos, contado da data do Atesto da Nota Fiscal no setor competente.

11.2. A comprovação da regularidade fiscal abrange: Certidão de Regularidade de Situação perante o FGTS-CRF; Certidão Negativa de Débitos/INSS; Certidão de Débitos Trabalhistas e Certidão quanto a Dívida Ativa da União;

11.3. Expirado o prazo mencionado no **subitem 11.1**, sem que a CONTRATANTE efetue o pagamento, o valor devido à CONTRATADA será acrescido de juros moratórios de 0,03% ao dia.

11.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento susinado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

11.5. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

11.6. Em cumprimento às normas e procedimentos previstos na Instrução Normativa n. 1234/2012 e alterações, expedida pela Secretaria da Receita Federal, a Contratante irá promover a retenção na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP, sobre os pagamentos que efetuar a Pessoas Jurídicas em razão do fornecimento de bens ou

prestação de serviços em geral, inclusive obras, observados os procedimentos pertinentes, exceto para as empresas optantes do “SIMPLES” quando, por ocasião da apresentação da Nota Fiscal, comprovarem a referida opção mediante declaração de opção pelo referido regime tributário.

**11.7 - A contratada deverá apresentar a Guia DAM (Documento de Arrecadação Municipal), recolhida ou a recolher, juntamente com a nota fiscal, tendo em vista que a JFMT é substituta tributária do ISSQN, sendo portanto, obrigada a efetuar o recolhimento do referido imposto.**

**11.8** É VEDADA à licitante OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, a utilização dos benefícios tributários do regime tributário diferenciado na proposta de preços e na execução contratual (com relação ao recolhimento de tributos). Em caso de contratação, a empresa estará sujeita à exclusão obrigatória desse regime tributário diferenciado a contar do mês seguinte ao da assinatura do contrato, nos termos do art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 (Acórdão TCU 797/2011-Plenário).

## **12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

12.2. Conforme art. 5º, do Decreto n.º 12.174, de 2024 e Acórdão TCU 1207/2024 - Plenário, Instrução Normativa **SEGES/MGI Nº 176/2024**, em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores **iguais ou superiores** aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada na CCT paradigma:

a) salário-base

b) auxílio alimentação; e

c) benefícios previstos no Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo paradigma que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral.

12.2.1. Para garantir a isonomia na licitação e considerando a reoneração gradual da folha de pagamento, todos as propostas deverão considerar a contribuição patronal de 20% na planilha de custos.

12.2.2. Considerando não haver na Convenção Coletiva utilizada pela Administração o posto de engenheiro mecânico, utilizou-se valor de cargo compatível (Engenheiro eletricitista).

### **Habilitação jurídica**

12.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

12.4 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

12.5 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

12.6 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

12.7 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

12.8 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

12.9 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.10 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

12.11 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#).

12.12. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante.

12.13. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.14. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### **Qualificação Técnica**

12.15 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

12.15.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

12.15.2. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional CREA.

12.15.3. Comprovação, **por meio da apresentação de certidões ou atestados, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da empresa (devidamente registrado no conselho profissional competente)** que comprove aptidão para o operacionalização, manuseio, e instalação ou substituição das peças compatíveis com o objeto desta contratação.

12.15.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12.15.5. A qualificação técnica se justifica devido à necessidade de se certificar que a contratada possua os requisitos necessários para cumprir as obrigações assumidas para com a Administração Pública, uma vez que a eventual incapacidade técnica operacional poderá gerar impactos negativos na execução dos serviços.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

12.16. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

12.17. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

12.17.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

12.17.2. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

12.17.3. Apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica (operacional) registrado(s) no Conselho Profissional respectivo, fornecido por Órgão de Administração Pública ou entidade privada (neste caso, com firma reconhecida do signatário), que comprovem a capacidade para a execução de serviços de características semelhantes ao objeto deste Termo de Referência, quais sejam: Sistema de ar condicionado central do tipo Chiller, com capacidade igual ou superior a 180 TR (Tonelada de Refrigeração).

12.18. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

12.19. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

12.20. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

12.21. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

12.22. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

12.21. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Habilitação Econômica-Financeira.**

12.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

12.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

12.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

12.24. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

12.25. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo III deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

12.25.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

12.25.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por

cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

12.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

12.29. A exigência de habilitação econômico-financeira foi estabelecida de modo a garantir o mínimo para atestar o boa situação financeira da Contratada para a execução contratual, no intuito de mitigar os risco durante a execução do contrato.

### **13. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

13.1. Todos os resíduos decorrentes da prestação dos serviços deverão obedecer aos ditames pré-estabelecidos pelas legislações federais, estaduais e municipais, em especial a Resolução do CONAMA n. 307 de 05 de julho de 2002, a qual estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

13.2. Obediência às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com o MTE. Fornecimento de equipamentos de segurança que se fizerem necessários. Priorizar a comunicação feita por e-mail, evitando envio de documentos impressos. Capacitação quanto às práticas definidas no Plano de Sustentabilidade da SJMT. Orientar seus empregados, na execução dos serviços, quanto às medidas para evitar o desperdício de água e preservação dos recursos hídricos.

### **14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1 As despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da dotação orçamentária para o ano de 2026;

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **15. DOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS**

15.1 De acordo com a necessidade da Contratante, serão autorizados serviços extraordinários, mediante comunicação prévia (telefone ou e-mail) do Gestor do Contrato à empresa Contratada, bem como deslocamento para efetuarem serviços.

15.2 Os serviços extraordinários deverão ser faturados em separado. A Nota Fiscal será acompanhada da folha de pagamento, do comprovante de recolhimento de INSS e FGTS, com base nas horas efetivamente trabalhadas, apuradas mediante assinatura de ponto, com visto do Gestor do Contrato.

### **16. DOS MATERIAIS DE CONSUMO A SEREM FORNECIDOS**

16.1 A CONTRATADA deverá fornecer, quando necessário, materiais constantes do Anexo IV.

16.2 A CONTRATADA deverá apresentar orçamento prévio de todos os materiais necessários e suficientes, para aprovação da CONTRATANTE.

16.3 Os materiais deverão ser faturados em nota fiscal separada.

### **17. DO FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS DE USO EVENTUAL**

**17.1.** Caso a prestação dos serviços objeto desse Termo de Referência necessite de peças/material para a fiel execução, deve o Responsável Técnico da empresa encaminhar para aprovação da FISCALIZAÇÃO a composição dos serviços, discriminando as peças necessárias para correção do problema.

**17.2.** Após aprovação da FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá assim proceder:

**17.2.1.** Verificar se existe material disponível para execução do serviço no almoxarifado da CONTRATANTE, para o qual deve ser dada prioridade de uso;

**17.2.2.** Caso não haja material disponível no almoxarifado, verificar se o material consta da planilha constante deste Termo e/ou da planilha de formação de preço que integra o presente documento:

**17.2.2.1.** Se o material constar da planilha, caberá à CONTRATADA fornecer o material, com base no preço ofertado na Sessão Pública do Pregão, sendo este o preço fornecido pela empresa vencedora.

**17.2.2.2.** Para fins de aferição, a CONTRATADA deverá apresentar a peça à FISCALIZAÇÃO antes de sua utilização;

**17.2.3.** Caso o material não esteja disponível no almoxarifado e nem na planilha, a CONTRATANTE providenciará sua aquisição, sem que haja descontinuidade do funcionamento do equipamento por tempo superior a 4 horas. Caberá à CONTRATADA apresentar proposta para fornecimento com valor mediado de pelo menos 3 (três) fornecedores.

**17.3.** O pagamento das peças/materiais constantes do Anexo IV será realizado juntamente com o pagamento mensal, após recebimento e aceitação formal, sendo vedado adiantamento de parcelas sob quaisquer alegações.

**17.4.** A CONTRATADA terá o prazo máximo de 4 (quatro) horas para resolução de problemas corretivos nos equipamentos.

**17.5.** Justificadamente, caso as peças necessárias não possam ser adquiridas na praça comercial desta capital, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 3 (três) dias para aquisição e solução definitiva, devendo apresentar solução provisória que garanta a continuidade do funcionamento do equipamento.

**17.6.** As demandas serão formalizadas pela FISCALIZAÇÃO por intermédio de servidores do NUIF ou SERAE para início da execução.

**17.7.** As soluções técnicas propostas e adotadas deverão ser sucintamente descritas no processo e, sempre que disponíveis e viáveis economicamente, deverão ser adotadas alternativas sustentáveis.

**17.8.** Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

**17.8.1.** Às normas e especificações constantes deste caderno;

**17.8.2.** Às normas da ABNT;

**17.8.3.** Às disposições legais da União e do Governo do Distrito Federal;

**17.8.4.** Às melhores práticas de sustentabilidade ambiental;

**17.8.5.** Aos regulamentos das empresas concessionárias;

**17.8.6.** Às prescrições e recomendações dos fabricantes;

**17.8.7.** Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;

**17.8.8.** Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;

**17.8.9.** Às práticas SEAP – Projetos, construção e manutenção;

**17.8.10.** Às qualificações de materiais do PBQP-H.

**17.9.** Nenhuma modificação poderá ser feita nas especificações dos serviços sem autorização expressa da FISCALIZAÇÃO.

**17.10.** A CONTRATADA deverá prever no custo da mão de obra residente os materiais básicos para realização dos serviços de manutenção, tais como: fusíveis, correias, rolamentos, lâmpadas de sinalização, reparos de válvulas de três vias, filtros de óleo, filtros secadores, filtros de líquidos, óleo lubrificante, graxa, botoeiras, relés, termômetros, pressostatos, termostatos, humidostatos, bobinas, amperímetros,

voltímetros, jogo de contatos, parafusos, porcas, tubos e conexões, selos, contadores, chaves de partida, chaves seccionadoras, disjuntores, relés de proteção, gases de refrigeração, querosene, produtos para limpeza de serpentinas, estopas, álcool hidratado, pincéis e outros produtos de limpeza.

**17.11.** Os materiais de reposição serão fornecidos pela CONTRATADA, com vistas a possibilitar a realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva e ressarcidos pela CONTRATANTE:

**17.11.1.** Material de reposição compreende todas as peças, partes e componentes necessários ao conserto, recomposição e readequação dos equipamentos ou sistemas;

**17.11.2.** Os materiais de reposição serão pagos separadamente, após submissão de orçamento e verificação de conformidade com preços de mercado;

**17.11.3.** Os materiais só deverão ser fornecidos após aprovação do Gestor do contrato;

**17.11.4.** A CONTRATANTE poderá recusar o orçamento, pedir revisão, sendo da CONTRATADA a responsabilidade pela execução e fornecimento conforme aprovado;

**17.11.5.** A CONTRATANTE poderá adquirir diretamente de terceiros os materiais de reposição quando necessário.

**17.12.** A equipe da CONTRATADA deverá estar munida de ferramentas, instrumentos e material básico suficientes ao cumprimento do Termo de Referência.

**17.13.** Sem prejuízo do disposto, a CONTRATADA deverá fornecer a seus profissionais as seguintes ferramentas e/ou materiais básicos:

Ferramentas de uso individual - para atendimento às necessidades.

<b>FERRAMENTAS INDIVIDUAIS</b>	
<b>Item</b>	<b>Qtde.</b>
Bolsa de Ferramenta	1
Alicate universal 8" c/ Cabo Isolado	1
Alicate de Pressão 10"	1
Chave Inglesa 10"	1
Chave Inglesa 12"	1
Chave Inglesa 15"	1
Chave de Fenda 5/16" x 8"	1
Chave de Fenda ¼" x 5"	1
Chave de Fenda 3/16" x 5"	1
Chave de Fenda 1/8" x 5"	1
Chave de Fenda Cotoco ¼"	1
Chave Philips ¼" x 6"	1
Chave Philips 1/8" x 5"	1
Chave Philips Cotoco 3/16"	1
Arco de Serra ½" x 12"	1
Jogo de Chave Combinada de 6 a 22 mm (10 peças)	1
Jogo de Chave Combinada de ¼" x 1 ¼" (16 peças)	1
Jogo de Chave Allen de 3 a 8 mm (06 peças)	1
Jogo de Chave Allen de 3 a 8 polegadas (06 peças)	1
Trena 5 metros	1
Cadeado	1
Martelo tipo bola	1
Multímetro digital para leitura de tensão, corrente e resistência	1

Ferramentas de uso coletivo:

<b>FERRAMENTAS COLETIVAS</b>
------------------------------

Item	Qtde.
Alargador de Tubos (alargador de tubo de cobre compatível para as medidas 1/4, 5/16, 3/8, 5/8)	4
Alicate Amperímetro	4
Alicate Prensa Terminal para Cabo de 1,5 mm à 6 mm	4
Bomba de Vácuo de 7 CFM	2
Conjunto de Manômetros com Manifold para gás r-22 e r-410	4
<a href="#">Kit De Solda Maçarico Ppu Oxigenio E Acetileno Completo</a>	2
Cortador de Tubos	4
Ferro de Solda de 60 Watts, 110 Volts	2
Flangeador	4
Furadeira Portátil com Marteleto	2
Jogo de Brocas de Widea de 5 a 12 mm	2
Jogo de Brocas de 4 mm a 12 mm	2
Lanterna Grande	4
Máquina de Solda Elétrica	2
Escada de Alumínio com 06 Degraus	4
Termômetro penta	2
Mola curvadora de tubo de cobre 1/2 a 1/4	4
Nível de mão com imã	2
Cinto de segurança	4
Corda de 15 metros	4
Alicate lacrador de tubo de 7"	4
Alicate de corte, marca de referência: gedore	4
Alicate de bico, marca de referência: gedore	4
Alicate de universal, marca de referência: gedore	4
Maçarico portátil	2
Alicate estrangulador	2
Anemômetro para medição de velocidade de insuflamento de ar	1
Arco de serra	2
Aspirador de pó industrial	1
Compressor de ar portátil para efetuar limpeza em equipamentos	1
Conjunto de manômetros com Manifold	2
Conjunto de solda oxigênio-acetileno	1
Corta fio	1
Higrômetro para medição de umidade relativa do ar	1
Jogo de broca de widea 5 a 12 mm ( 05) peças	2
Jogo de Brocas 1/8" mm a 1/2" mm (13) peças	2
Jogo de Brocas 4 mm a 12 mm (09) peças	2
Jogo de calibres de lâminas	2
Lavadora de alta pressão	1
Máquina de solda elétrica	1
Saca fusível NH	1
Termômetro para medição da temperatura de insuflamento e retorno do ar	1

## 18. ANEXOS

## **ANEXO I**

### **MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

#### **LISTA DE VERIFICAÇÕES A SEREM EXECUTADAS PELO TÉCNICO**

- 1) A Contratada, para fins de prestação de serviços de manutenção, deverá realizá-los na Sede da Justiça Federal/MT, Av. Historiador Rubens de Mendonça, 4.888, CPA, Cuiabá-MT, nos seguintes equipamentos:
- a) 03 Chillers (Unidades Refrigeradoras de Líquido) com condensação a ar de 120 TR de capacidade cada;
  - b) 03 conjuntos motor para circulação do sistema primário de água gelada;
  - c) 04 conjuntos motor híbrido, composto por rotor de gaiola em alumínio e imãs permanentes, para circulação do de água gelada do ar condicionado central;
  - d) 01 conjunto motor-bomba para complementação do tanque do sistema de compensação;
  - e) 21 condicionadores de ar de expansão indireta (Fan-coil) central;
  - f) 26 condicionadores de ar de expansão indireta (Fancoletes unitários para dutos) individuais;
  - g) 01 condicionadores de ar de expansão indireta aparente, de teto (fan-coil tipo cassete) no subsolo;
  - h) 21 condicionadores de ar do tipo Split de parede (hi-wall) 18.000 btus nos gabinetes dos juízes titulares e substitutos;
  - i) 14 condicionadores de ar de expansão indireta aparente, de teto 24.000 btus (tipo cassete) nas salas de audiências;
  - j) 04 condicionadores de ar do tipo Split de parede (hi-wall) 24.000 btus no restaurante;
  - k) 03 condicionadores de ar do tipo Split de parede (hi-wall) 18.000 btus no restaurante;
  - l) 02 condicionadores de ar de expansão direta do tipo splitão 12 TR, na sala de informática;
  - m) 02 condicionadores de ar split system (piso teto) 30.000 btus na sala de informática;
  - n) 01 condicionadores de ar split system (piso teto) 60.000 btus na sala de informática;
  - o) 02 condicionadores de ar de expansão direta do tipo self-contained wall-mounted 12 TR, da subestação de energia – sala de capacitores;
  - p) 01 condicionador de ar split system (hi-wall) 24.000 btus, na sala de capacitores;
  - q) 01 condicionador de ar split system (piso teto) 60.000 btus na subestação;
  - r) 01 condicionador de ar do tipo Split de parede (hi-wall) 12.000 btus na guarita;
  - s) 07 condicionadores de ar split (piso teto) tipo cassete nas salas do NUTEC, SEMAD e Contadoria;
  - t) 01 condicionador de ar do tipo Split de parede (hi-wall) 12.000 btus na sala da dentista;

u) 01 condicionador de ar do tipo Split de parede (hi-wall) 12.000 btus na sala da psicóloga.

1.1 Os itens “a” a “g” fazem parte do sistema de ar condicionado central (chiller).

## 2. Descrição das atividades:

Item	Serviços	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual
Gabinetes	Limpeza dos painéis	X			
	Verificação de danos à pintura	X			
	Verificação de ruídos e vibrações	X			
Circuito de Refrigeração	Verificação de vazamentos/reaperto		X		
	Verificação de obstrução do filtro secador			X	
	Verificação da válvula de expansão			X	
	Verificação do superaquecimento		X		
	Verificação do sub resfriamento		X		
Compressor	Verificação da pressão de sucção	X			
	Verificação da pressão de descarga	X			
	Verificação da resistência de óleo do Carter	X			
	Verificação do bornes e conexões		X		
	Verificação de corrente	X			
	Verificação de tensão	X			
	Verificação do isolamento elétrico				X
	Verificação do nível de óleo	X			
	Verificação da temperatura do Carter	X			
Ventiladores	Limpeza das pás			X	
	Verificação da tensão dos motores	X			
	Verificação da corrente dos motores	X			
			X		

	Verificação da fixação das peças				
	Verificação dos rolamentos	X			
Serpentinas	Limpeza exterior		X		
Resfriador	Verificação da pressão de entrada e saída da água	X			
	Verificação da temperatura de entrada e saída da água	X			
	Verificar a atuação da chave de fluxo de água	X			
	Verificar vazamentos nas conexões e mangotes	X			
Quadro Elétrico	Reaperto geral		X		
	Regulagem dos relés térmicos		X		
	Verificar intertravamentos				X
	Verificar contatos dos contadores	X			
Rede	Verificar válvulas e purgadores de ar			X	
Hidráulica	Limpar e inspecionar a bomba de água			X	
Bombas	<p>Efetuar a verificação diária;</p> <p>Efetuar a lubrificação e limpeza mensal, incluindo proteção de seus periféricos contra intempéries e/ou imprevistos;</p> <p>Efetuar a troca anual dos rolamentos, ventoinhas e rebobinamento dos 3 motores primários e 4 secundários, incluindo a mão de obra de retirada das peças;</p> <p>Comunicar qualquer ruído anormal, desgaste prematuro e efetuar a substituição anual, conforme prevista no item 1 deste Anexo.</p>				

## **2.1 Condicionador de Ar (do tipo “expansão direta” e “água gelada”):**

- Verificar e eliminar sujeira, danos e corrosão no gabinete, na moldura da serpentina e na bandeja;
- Limpar as serpentinas e bandejas;
- Verificar a operação dos controles de vazão;
- Verificar a operação de drenagem de água da bandeja;
- Verificar o estado de conservação do isolamento termo-acústico;
- Verificar a vedação dos painéis de fechamento do gabinete;
- Verificar a tensão das correias para evitar o escorregamento;
- Lavar as bandejas e serpentinas com remoção do biofilme (lodo), sem o uso de produtos desengraxantes e corrosivos;
- Limpar o gabinete do condicionador e ventiladores (carcaça e rotor).
- Verificar os filtros de ar (secos), eliminar sujeira, danos e corrosão, medir o diferencial de pressão, eliminar as frestas dos filtros, limpar (quando recuperável) ou substituir (quando descartável) o elemento filtrante.

## **2.2 Condicionador de Ar (do tipo “split”, “com condensador remoto” e “janela”):**

- Verificar e eliminar sujeira, danos e corrosão no gabinete, na moldura da serpentina e na bandeja;
- Verificar a operação de drenagem de água da bandeja;
- Verificar o estado de conservação do isolamento termo-acústico (se está preservado e se não contém bolor);
- Verificar a vedação dos painéis de fechamento do gabinete;
- Lavar as bandejas e serpentinas com remoção do biofilme (lodo), sem o uso de produtos desengraxantes e corrosivos;
- Limpar o gabinete do condicionador;
- Verificar os filtros de ar, verificar e eliminar sujeira, danos e corrosão, verificar e eliminar as frestas dos filtros, limpar o elemento filtrante.

## **2.3 Ventiladores:**

- Verificar e eliminar sujeira, danos e corrosão;
- Verificar ruído dos mancais;
- Lubrificar os mancais;
- Verificar a tensão das correias para evitar o escorregamento;

- Verificar vazamentos nas ligações flexíveis;
- Verificar a operação dos amortecedores de vibração;
- Verificar a instalação dos protetores de polias e correias;
- Verificar a operação dos controles de vazão;
- Verificar a drenagem de água;
- Limpar interna e externamente a carcaça e o rotor.

#### **2.4 Casa de Máquinas do Condicionador de Ar:**

- Verificar e eliminar sujeira e água;
- Verificar e eliminar corpos estranhos;
- Verificar e eliminar as obstruções no retorno e tomada de ar externo;
- Tomada de ar externo: verificar e eliminar sujeira, danos, e corrosão; verificar a fixação; medir o diferencial de pressão; medir a vazão; verificar e eliminar as frestas dos filtros; verificar o acionamento mecânico do registro de ar ("damper"); limpar (quando recuperável) o elemento filtrante;
- Registro de ar ("damper") de retorno; verificar e eliminar sujeira, danos e corrosão; verificar o seu acionamento mecânico; medir a vazão;
- Registro de ar ("damper") corta fogo (quando houver); verificar o certificado de teste; verificar e eliminar sujeira nos elementos de fechamento, de trava e reabertura; verificar o funcionamento dos elementos de fechamento, de trava e reabertura; verificar o posicionamento do indicador de condição (aberto e fechado);
- Registro de ar ("damper") de gravidade (venezianas automáticas); verificar e eliminar sujeira, danos e corrosão; verificar o acionamento mecânico; lubrificar os mancais.

#### **2.5 Dutos, acessórios e caixa pleno para o ar:**

- Verificar e eliminar sujeira (interna e externa), danos e corrosão;
- Verificar a vedação das portas de inspeção em operação normal;
- Verificar e eliminar danos no isolamento térmico;
- Verificar a vedação das conexões;
- Bocas de ar para insuflamento e retorno do ar; verificar e eliminar sujeira, danos e corrosão; verificar a fixação; medir a vazão;
- Dispositivos de bloqueio e balanceamento; verificar e eliminar sujeira, danos e corrosão; verificar o funcionamento.

#### **2.6 Ambientes climatizados:**

Verificar e eliminar sujeira, odores desagradáveis, fontes e ruídos, infiltrações, armazenagem de produtos químicos, fontes de radiação de calor excessivo, e fontes de

geração de microorganismos;

### **3. Da manutenção preventiva mensal:**

- Deverá ser executada manutenção preventiva detalhada e específica em todas as unidades condicionadoras de ar, compreendendo os seguintes serviços:
- Verificação do estado dos filtros de ar e limpeza dos mesmos de acordo com as normas dos fabricantes;
- Verificação do estado, com eventual correção da tensão e alinhamento das correias dos ventiladores/motores;
- Medição com registro das correntes, tensões elétricas dos motores ventiladores;
- Verificação com eventual correção dos alinhamentos e fixação das polias dos eixos dos ventiladores e dos seus respectivos motores;
- Verificação com eventual correção de ruídos e vibrações, dos ventiladores/motores;
- Verificação e lubrificação dos rolamentos e mancais dos ventiladores/motores;
- Verificação com eventual aperto dos parafusos dos mancais e suportes dos ventiladores;
- Limpeza dos filtros de ar seco;
- Limpeza dos condensadores;
- Limpeza externa dos gabinetes;
- Limpeza das serpentinas de evaporação;
- Verificação com correção dos níveis de óleo dos compressores (no caso de semi-hermético);
- Verificação de fuga de gás refrigerante;
- Medir as pressões de sucção de cada compressor da instalação;
- Medição e registro da tensão e corrente elétrica dos motores dos compressores;
- Verificação dos visores das linhas de líquido, quanto à presença de umidade no sistema;
- Medição com registro da temperatura da serpentina, bem como, do super aquecimento;
- Verificação, com correção da posição, dos drenos em relação aos ralos da casa de máquinas;
- Verificação com correção dos sistemas de encaixe dos painéis de acesso ao gabinete;
- Verificação dos Quadros elétricos referentes ao super aquecimento e aterramentos das partes, reparando as irregularidades;
- Verificação dos quadros elétricos, com correção das chaves magnéticas;
- Verificação geral em todo o sistema de comando elétrico;
- Medição e registro das temperaturas de bulbo seco e úmido do ar de retorno;
- Medição e registro das temperaturas de bulbo seco e úmido do ar externo;

- Verificação da faixa de atuação dos pressostatos.

#### **4. Da manutenção preventiva trimestral:**

- Medição e registro das temperaturas em operação dos motores ventiladores;
- Verificação interna dos gabinetes, com eventual correção termoacústicas – parte e evaporação;
- Medição e registro das pressões dos compressores de descarga, nas linhas de sucção e bomba de óleo (no caso de semi-hermético) com eventual ajuste de pressões;
- Verificação com eventual regulagem das válvulas de expansão termostáticas e do respectivo bulbo;
- Verificação interna do gabinete, com eventual correção da proteção termoacústica – parte de condensação; verificação com eventual ajuste termostato de reciclagem frigorífica;
- Testar e regular o ponto de ação do termostato de comando;
- Os serviços de manutenção acima descritos devem atender as exigências da ABNT NBR 13971/97, Portaria n° 417, de 19/05/98 da Secretaria de Vigilância Sanitária e Portaria n.º 3.523, de 28/08/98.
- Os serviços de manutenção descritos nos itens 3.2.1 e 3.2.2.
- Depois de efetivado os serviços acima descritos deverá a contratada lavrar relatório circunstanciado de todos os serviços executados e/ou a executar, bem como as peças empregadas e/ou a empregar na manutenção; Esse relatório só terá validade desde que devidamente assinado e carimbado pela Contratada e pelo Supervisor local da Unidade onde se encontram os equipamentos.

#### **5. Serviços de manutenção corretiva:**

Serão realizados mediante solicitação da Contratante para eliminação de defeitos porventura ocorridos e/ou não sanados na manutenção preventiva, **no prazo máximo de 12 (doze) horas** após a comunicação da JFMT.

**A CONTRATADA é exclusivamente responsável pela mão de obra de qualquer reparo que seja necessário, em todo tipo de manutenção corretiva necessária, em qualquer peça, componente, material ou dispositivo de funcionamento do ar condicionado central, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer dispêndio.**

**Nos casos em que não houver atendimento no prazo máximo de 12 (doze) horas, a CONTRATADA efetuará o pagamento dos serviços e efetuará o débito mediante glosa, a ser descontada quando do(s) pagamento(s) seguinte(s).**

Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removido para conserto em oficinas necessitará de prévia autorização da CONTRATANTE. As despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação dos componentes correrão por conta da CONTRATADA.

Após o chamado da CONTRATANTE, ocasionado por irregularidades no funcionamento dos equipamentos ou ainda detectadas anomalias pelos técnicos da CONTRATADA e/ou pelo próprio fiscal do contrato, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, deverá apresentar o relatório de vistoria dos equipamentos com a indicação do motivo que ocasionou o defeito, acompanhado da relação das peças e orçamento prévio das quais poderão a virem ser substituídas, para fins de aprovação pela CONTRATANTE.

## 6. Reposição de peças:

Os materiais e peças de reposição e consumo, exceto os materiais constantes do item 16, necessários à realização da manutenção preventiva e corretiva das instalações e equipamentos previstos no contrato serão fornecidos **pela contratante**, sendo de responsabilidade da Contratada a colocação e/ou a disponibilização no local.

## 7. Reposição de filtros:

A CONTRATADA deverá realizar troca de todos os filtros descartáveis de ar da classe G3 das unidades fancoil, a cada seis meses, de acordo com a NBR 13971, Portaria do Ministério da Saúde n. 3523/98, e as recomendações do fabricante dos equipamentos.

## 8. Emissão de laudo técnico para serviços e aquisição de peças e/ ou utilização dos materiais previstos no item 16:

Emissão de laudo técnico anual, para o serviço de rebobinamento e troca dos componentes das bombas primárias e secundárias e nos casos de serem identificadas anomalias no sistema ou em qualquer equipamento, assinado por engenheiro responsável, com proposta de substituição de peças, fornecendo detalhadamente as descrições técnicas dos materiais e peças, para que possa ser feita a aquisição.

ANEXO II - ORÇAMENTO ESTIMATIVO QUADRO RESUMO DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS						
RESUMO						
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÊS	VALOR TOTAL ANO
1	Mecânico de Refrigeração	posto/residente	1	R\$ 12.010,60	R\$ 12.010,60	R\$ 144.127,20
2	Engenheiro mecânico	posto/parcial	1	R\$ 5.232,24	R\$ 5.232,24	R\$ 62.786,88
<b>TOTAL (MÃO DE OBRA) - já considerando uniformes, encargos, lucro, despesas administrativas, tributação.</b>					R\$ 17.242,84	R\$ 206.914,08
3	VALOR TOTAL - PEÇAS DE REPOSIÇÃO				5.305,34	R\$ 174.619,20
<b>VALOR GLOBAL DA PROPOSTA</b>						R\$ 381.533,28
	<b>CUSTO MÉDIO MENSAL DE MÃO-DE-OBRA</b>					R\$ 23.391,66
	<b>CUSTO MÉDIO MENSAL DE MATERIAL</b>					R\$ 31.794,44

<b>CUSTO MÉDIO MENSAL TOTAL</b>					<b>R\$</b>
					<b>55.186,10</b>
<b>ANEXO III - COMPOSIÇÃO DE CUSTOS - ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DO AR</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QTD.</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>CUSTO UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
1	Análise microbiológica do ar em laboratórios especaalizados	2	semestral	R\$ 4.600,00	R\$ 9.200,00
Custo de Coleta Total: 5 andares x R\$ 230,00 = R\$ 1.150,00					
Custo de Análise Total: 5 amostras x R\$ 400,00 = R\$ 2.000,00					
Custo Total Estimado: R\$ 1.150,00 (coleta) + R\$ 2.000,00 (análise) = R\$ 3.150,00					
Valor total da análise do ar					R\$ 6.300,00
Valor Mensal					R\$ 525,00
Vaçor mensal por funcionário					R\$ 525,00

<b>ANEXO IV - ESTIMATIVA ANUAL DE MATERIAIS E PEÇAS EVENTUAIS (Manutenção preventiva e corretiva)</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNID.</b>	<b>QUANT ANUAL ESTIMADA</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
1	Gás Freon-22 cilindro de 13,6 kg	cilindro	10	R\$ 456,80	R\$ 4.568,00
2	Gás R-410A em cilindro de 11,3 kg	cilindro	12	R\$ 507,47	R\$ 6.089,64
3	Gás pra limpeza de sistemas de refrigeração 141B	cilindro	5	R\$ 591,00	R\$ 2.955,00
4	Contatora CWM25, com bobina de 24v marca WEG:	und	4	R\$ 174,00	R\$ 696,00
5	Contatora CWM40, com bobina de 24v marca WEG:	und	4	R\$ 262,00	R\$ 1.048,00
11	Fita Blackout em rolo de 10 metros	und	100	R\$ 3,50	R\$ 350,00
13	Tubo de cobre flexível. Diâmetro externo: 1/2" (equivalente a aproximadamente 12 mm); aplicação em condução de gás interligado a aparelhos. Deve atender a nbr 7541.	m	50	R\$ 20,00	R\$ 1.000,00
14	Tubo de cobre flexível. Diâmetro externo: 1/4" (equivalente a aproximadamente 6 mm); aplicação em condução de gás interligado a aparelhos. Deve atender a nbr 7541.	m	50	R\$ 10,00	R\$ 500,00
15	Tubo de cobre flexível. Diâmetro externo: 3/4" (equivalente a aproximadamente 19 mm); aplicação em condução de gás interligado a aparelhos. Deve atender a nbr 7541.	m	50	R\$ 32,00	R\$ 1.600,00
16	Tubo de cobre flexível. Diâmetro externo: 3/8" (equivalente a aproximadamente 9 mm); aplicação em condução de gás interligado a aparelhos. Deve atender a nbr 7541.	m	50	R\$ 13,00	R\$ 650,00

17	Tubo de cobre flexível. Diâmetro externo: 5/8" (equivalente a aproximadamente 16 mm); aplicação em condução de gás interligado a aparelhos. Deve atender a nbr 7541.	m	50	R\$ 23,00	R\$ 1.150,00
18	Tubo esponjoso para isolação de tubulação de ar condicionado de 1/2"; na cor preta	m	50	R\$ 3,50	R\$ 175,00
19	Tubo esponjoso para isolação de tubulação de ar condicionado de 1/4"; na cor preta	m	50	R\$ 2,70	R\$ 135,00
20	Compressor trifásico de 12 tr's, tensão 220/380 v, 60hz, compatível com multi-split carrier de 45tr. Gás r-22.	und	2	R\$ 7.390,00	R\$ 14.780,00
21	Compressor trifásico de 15 tr's, tensão 220/380 v, 60hz, compatível com multi-split carrier de 45tr. Gás r-22.	und	2	R\$ 10.000,00	R\$ 20.000,00
22	Compressor scroll, 15 tr, tensão 220/380v, compatível com condensadora dc inverter carrier, modelo 38 ex (38exc1526s), gás r410a.	und	2	R\$ 8.800,00	R\$ 17.600,00
23	Compressor scroll, 15 tr, tensão 230v/3/60hz, compatível com condensadora dc inverter carrier, modelo 38 ev (38evc1526s), gás r410a.	und	2	R\$ 8.800,00	R\$ 17.600,00
24	Compressor tipo rotativo, inverter, de 18.000 btus (1,5 tr), gás natural r 410 a.	und	2	R\$ 600,00	R\$ 1.200,00
25	Compressor tipo rotativo, inverter, de 24.000 btus (1,5 tr), gás natural r 410 a.	und	2	R\$ 790,00	R\$ 1.580,00
26	Compressor tipo twin-rotary, inverter, de 36.000 btus (3 tr). gás natural r 410 a.	und	2	R\$ 1.200,00	R\$ 2.400,00
27	Compressor tipo scroll, inverter, de 60.000 btus (5tr), gás natural r 410 a.	und	2	R\$ 1.500,00	R\$ 3.000,00
28	Compressor tipo scroll, convencional, de 60.000 btus (5 tr).. gás natural r 410 a.	und	2	R\$ 1.500,00	R\$ 3.000,00
29	Compressor tipo rotativo, convencional, de 36.000 btu's, gás r 22.	und	2	R\$ 1.200,00	R\$ 2.400,00
30	Compressor tipo rotativo, convencional, de ar 18.000 btus (1,5tr), gás r410 a.	und	2	R\$ 600,00	R\$ 1.200,00
31	Placa eletrônica de controle compatível com condicionadores de ar split high wall elgin, ecoinverter,	und	2	R\$ 300,00	R\$ 600,00

	de 18.000 btus, unidade evaporadora hvqi18b2ia.				
32	Placa eletrônica de controle compatível com condicionadores de ar split high wall elgin, ecoinverter, de 24.000 btus, unidade evaporadora hvqi24b2ia.	und	2	R\$ 350,00	R\$ 700,00
33	Placa eletrônica de controle compatível com condicionadores de ar inverter split space, inverter, carrier, série 42xqs36c5, de 36.000 btus.	und	2	R\$ 360,00	R\$ 720,00
34	Placa eletrônica de controle compatível com condicionadores de ar split space, inverter, carrier, série 42xqs60c5, de 60.000 btus.	und	2	R\$ 360,00	R\$ 720,00
35	Placa eletrônica de controle compatível com condicionadores de ar modelo carrier space puron - ciclo frio - evaporadora: 42xqm60c5.	und	2	R\$ 360,00	R\$ 720,00
36	Placa eletrônica de controle compatível com condicionadores de ar elgin. modelo / versão: phf 36.000, equipamento de refrigeração, tipo split piso teto, com capacidade de 36.000 btu's, unidade condensadora trifásica de 220 volt's. gás r 410.	und	2	R\$ 550,00	R\$ 1.100,00
37	Placa eletrônica de controle inverter 2ckt v2, compatível com condensadora dc inverter carrier, modelo 38 ex (38exc1526s) e 38 ev (38evc1526s).	und	2	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00
39	Pressostato de baixa pressão YK2002824	und	4	R\$ 66,59	R\$ 266,36
40	Pressostato de alta pressão YK2002826	und	4	R\$ 120,13	R\$ 480,52
41	Termostato Digital Carrier Ecockfr6a	und	2	R\$ 600,00	R\$ 1.200,00
42	Termostato TVC Pi10X	und	2	R\$ 351,57	R\$ 703,14
43	Torneira para bebedouro.	und	15	R\$ 10,00	R\$ 150,00
44	Válvula GBC 1/4	und	10	R\$ 171,58	R\$ 1.715,80
45	Válvula GBC 1/2	und	10	R\$ 200,00	R\$ 2.000,00
46	Válvula GBC 5/8	und	10	R\$ 230,00	R\$ 2.300,00
47	Fita Silver tape	und	20	R\$ 20,00	R\$ 400,00
48	Esponjoso elastomérico 1/4	und	20	R\$ 8,00	R\$ 160,00
49	Esponjoso elastomérico 1/2	und	20	R\$ 10,00	R\$ 200,00
50	Esponjoso elastomérico 5/8	und	20	R\$ 12,00	R\$ 240,00
51	Bomba de escoamento de 12 volts	und	15	R\$ 200,00	R\$ 3.000,00
52	Bomba de escoamento de 220 volts	und	15	R\$ 250,00	R\$ 3.750,00
53	Válvula eletrônica	und	15	R\$ 300,00	R\$ 4.500,00
54	Correa AX 49	und	20	R\$ 40,00	R\$ 800,00

55	Sensor de temperatura 10k	und	30	R\$ 30,00	R\$ 900,00
56	Sensor de temperatura 200k	und	30	R\$ 40,00	R\$ 1.200,00
57	Válvula eletrônica de alta pressão	und	10	R\$ 350,00	R\$ 3.500,00
58	Sensor ambiente 10k	und	30	R\$ 35,00	R\$ 1.050,00
59	Filtro descartável de ar da classe G3 para as unidades fancoil (176 unidades)	Und	176	R\$ 24,70	R\$ 4.346,32
60	Filtro secador pedra - DANFOSS 48DC	Und	3	R\$ 38,50	R\$ 115,50
61	Filtro Secador (Rosca) de ½	Und	4	R\$ 45,31	R\$ 181,24
62	Gás fluído refrigerante R32	Kg	6	R\$ 76,50	R\$ 459,00
63	Gás fluído refrigerante R22	Kg	6	R\$ 132,97	R\$ 797,79
64	Óleo Ultra 32-3 MAF	Gal	4	R\$ 365,71	R\$ 1.462,82
65	Gás fluído refrigerante R407c	Kg	22	R\$ 74,36	R\$ 1.635,92
66	Gás fluído refrigerante 410A	Kg	22	R\$ 98,00	R\$ 2.156,00
67	Gás nitrogênio	Kg	2	R\$ 67,00	R\$ 134,00
68	Varetas de solda Foscooper diversas	Und	12	R\$ 6,75	R\$ 81,00
69	Fita adesiva aluminizada 48x50m	Und	12	R\$ 14,72	R\$ 176,64
70	Fita pvc branca p/ refrigeração 10m x 0,10m	Und	1	R\$ 80,65	R\$ 80,65
71	Kit Tubo esponjoso 90 peças (3/8, 1/2, 1/4)	Und	4	R\$ 339,40	R\$ 1.357,60
72	Controle remoto universal para ar condicionado split	Und	6	R\$ 24,39	R\$ 146,34
73	Fita isolante de alta fusão 3m x 18mm	Und	24	R\$ 21,90	R\$ 525,60
74	Fita isolante	Und	24	R\$ 12,58	R\$ 301,80
75	Kit terminais pré-isolado para fiação 1,5/2,5/4,0mm (100 peças)	Und	6	R\$ 31,02	R\$ 186,12
76	Kit Solupan/desengraxante p/ central de ar condicionado (chiller)	L	24	R\$ 7,33	R\$ 175,80
77	Cano de cobre para ar condicionado split convencional	Und	4	R\$ 575,15	R\$ 2.300,60
78	kit manutenção para 4 bombas secundária chiller 15cv (rolamento/ventoinha/rebobinamento motor)	Und	4	R\$ 3.000,00	R\$ 12.000,00
79	kit manutenção para 3 bombas primária chiller 5cv (rolamento/ventoinha/rebobinamento motor)	Und	3	R\$ 1.350,00	R\$ 4.050,00
80	Cano de cobre para ar condicionado split inverter 1/4 e 3/8 + isolamento	Und	4	R\$ 549,00	R\$ 2.196,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 174.619,20</b>

ANEXO V	
ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO	
INDICADORES DO ACORDO DO NÍVEL E SERVIÇO	
<p>1. Este Documento apresenta as <b>Condições Gerais</b> para a Execução dos Serviços por parte da empresa <b>CONTRATADA</b>, em sua permanente busca de um <b>índice “zero” de falhas</b>. Para o êxito de sua missão, a <b>CONTRATADA</b> deverá orientar-se apenas por procedimentos padronizados e planos de contingência, não sendo admitidas improvisações.</p> <p>2. A <b>CONTRATADA</b> instituirá e aprofundará a cultura de <b>ZERO FALHAS</b>, reforçando permanentemente a finalidade DA <b>MANUTENÇÃO E CONFIABILIDADE</b>, os riscos envolvidos, a necessidade DE LIMPEZA CONSTANTE DOS LOCAIS E EQUIPAMENTOS, a necessidade de obediência aos procedimentos padronizados etc. Essa cultura será difundida por meio de treinamento (palestras, seminários, cursos, campanhas internas etc.) destinado a todos os profissionais envolvidos nos diversos serviços que se desenvolvem NA JUSTIÇA FEDERAL DO PARÁ, sejam eles da equipe própria ou funcionários de empresas sub<b>CONTRATADAS</b>, mesmo não atuando diretamente com a manutenção ou a operação da infraestrutura da CONTRATANTE.</p>	
Indicador	
Nº 01 - Rotina de execução de Plano de Manutenção Predial (PMP)	
Item	Descrição
<b>Finalidade</b>	Garantir prestação do serviço conforme rotinas
<b>Meta a cumprir</b>	100% de conformidade
<b>Instrumento de Medição</b>	Check list (conforme pmp)
<b>Forma de Acompanhamento</b>	Ficha de <b>FISCALIZAÇÃO</b> /acompanhamento
<b>Periodicidade</b>	Diária/semanal/quinzenal/mensal
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Total de atividades feitas /total de atividades listadas x 100
<b>Início da Vigência</b>	Início da execução do contrato/implantação do serviço
<b>Multa Compensatória</b>	Mais de 10% de desconformidade. – sanção conforme edital e termo de referência.
<b>Observações</b>	
Indicador	
Nº 02 - Uniformes, Crachás E Epi´s	
Item	Descrição
<b>Finalidade</b>	Garantir apresentação, acesso e condições seguras de trabalho
<b>Meta a cumprir</b>	100% de conformidade (prazo máximo 15´ ou mediante justificativa )
<b>Instrumento de Medição</b>	Verificação no anotação na ficha de <b>FISCALIZAÇÃO</b>
<b>Forma de Acompanhamento</b>	Ficha de <b>FISCALIZAÇÃO</b>
<b>Periodicidade</b>	Diária
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Total de funcionários em conformidade/total de funcionários em exercício no órgãox100
<b>Início da Vigência</b>	Início da execução do contrato/implantação do serviço
<b>Multa Compensatória</b>	Mais de 10% de desconformidade. – sanção conforme edital e termo de referência.
<b>Observações</b>	
Indicador	
Nº 03 - PRAZO DE ATENDIMENTO DE CHAMADOS	
Item	Descrição

<b>Finalidade</b>	Garantir atendimento célere às demandas contratuais
<b>Meta a cumprir</b>	100% de conformidade (prazo máximo 30' ou mediante justificativa )
<b>Instrumento de Medição</b>	Verificação diária c/ ordem de serviço/apu
<b>Forma de Acompanhamento</b>	Ficha de <b>FISCALIZAÇÃO</b>
<b>Periodicidade</b>	Diária
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Total de chamados atendidos no prazo/total de chamadosx100
<b>Início da Vigência</b>	Início da execução do contrato/implantação do serviço
<b>Multa Compensatória</b>	Mais de 10% de desconformidade. - sanção conforme edital e termo de referência.
<b>Observações</b>	
<b>Indicador</b>	
<b>Nº 04 - PRAZO PARA A CORREÇÃO DE EQUIPAMENTOS DANIFICADOS</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir atendimento célere às demandas contratuais
<b>Meta a cumprir</b>	100% de conformidade (prazo máximo 24 horas ou mediante justificativa )
<b>Instrumento de Medição</b>	Verificação diária c/ ordem de serviço/apu
<b>Forma de Acompanhamento</b>	Ficha de <b>FISCALIZAÇÃO</b>
<b>Periodicidade</b>	Diária
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Total de chamados atendidos no prazo/total de chamadosx100
<b>Início da Vigência</b>	Início da execução do contrato/implantação do serviço
<b>Multa Compensatória</b>	Mais de 10% de desconformidade. - sanção conforme edital e termo de referência.
<b>Observações</b>	
<b>Indicador</b>	
<b>Nº 05 - Limpeza e destinação de entulho e restos de material</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir a salubridade dos locais
<b>Meta a cumprir</b>	100% de conformidade
<b>Instrumento de Medição</b>	Verificação diária c/ anotação na ficha de <b>FISCALIZAÇÃO</b>
<b>Forma de Acompanhamento</b>	Ficha de <b>FISCALIZAÇÃO</b>
<b>Periodicidade</b>	Diária
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Por ocorrência
<b>Início da Vigência</b>	Início da execução do contrato/implantação do serviço
<b>Multa Compensatória</b>	Por reincidência - sanção conforme edital
<b>Observações</b>	
<b>Indicador</b>	
<b>Nº 06 - TEMPO DE SUBSTITUIÇÃO DE FUNCIONÁRIO POR FALTA, LICENÇA</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir atendimento célere às demandas contratuais
<b>Meta a cumprir</b>	100% de conformidade
<b>Instrumento de Medição</b>	Verificação diária c/ ordem de serviço

<b>Forma de Acompanhamento</b>	Ficha de <b>FISCALIZAÇÃO</b>
<b>Periodicidade</b>	Diária
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Horário da emissão da solicitação substituição/horário da efetiva substituição
<b>Início da Vigência</b>	Início da execução do contrato/implantação do serviço
<b>Multa Compensatória</b>	Mais que 20% de desconformidade - sanção conforme edital e termo de referência.
<b>Observações</b>	
<b>Indicador</b>	
<b>Nº 07 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir a perfeita execução dos serviços contratados
<b>Meta a cumprir</b>	100% de conformidade
<b>Instrumento de Medição</b>	Verificação diária c/ anotação na ficha de <b>FISCALIZAÇÃO</b>
<b>Forma de Acompanhamento</b>	Ficha de <b>FISCALIZAÇÃO</b>
<b>Periodicidade</b>	Diária
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Total de serviços executados corretamente/total de serviços executados em desconformidadex100
<b>Início da Vigência</b>	Início da execução do contrato/implantação do serviço
<b>Multa Compensatória</b>	Mais que 70% de desconformidade - sanção conforme edital e termo de referência.
<b>Observações</b>	

**Gustavo Barros Valente**  
Supervisor da Seseg/MT

-----

**ANEXO II**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO** nº XX/20XX

A União, por intermédio da Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso - SJMT, com registro no CNPJ/MF nº. 05.437.178/0001-18 e sede na Av. Historiador Rubens de Mendonça, 4.888, Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, CEP n. 78.049-942, neste ato representada pela Juíza Federal Diretora do Foro, Dra. XXXXXXXXX doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* ..... (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa* **OU** *procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n. .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços especializados de operação, limpeza, manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização do edifício sede da Seção Judiciária de Mato Grosso, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e residente, incluindo o fornecimento de peças genuínas e/ou originais do fabricante do ar central tipo Chiller, do sistema Multisplit dutado, splits piso teto e de parede - inclusive remanejamento e instalação de novos aparelhos da sede da Seção Judiciária de Mato Grosso, incluindo todas as eletrobombas interligadas ao sistema de refrigeração central, de acordo com os manuais dos fabricantes e segundo as normas técnicas e de segurança vigentes, com regime de dedicação de mão de obra exclusiva, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Local de execução
1	Manutenção, operação e limpeza no sistema de climatização, compreendendo os serviços relacionados nos anexos do presente termo e planilha de formação de preços que compõe o presente Termo.	Un.	01	Cuiabá

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, admitindo-se, excepcionalmente, apenas nas hipóteses expressamente previstas no Termo de Referência, observados os limites e condições nele estabelecidos.

### **CLÁUSULA QUARTA - PREÇO**

4.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA QUINTA - REPACTUAÇÃO**

5.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA- PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA- DO CONTINGENCIAMENTO DAS VERBAS TRABALHISTAS**

7.1. Em cumprimento às determinações da Resolução CNJ N. 651, de 29/09/2025, a Administração deverá reter, mensalmente, o somatório dos valores correspondentes às seguintes rubricas, independentemente da unidade de medida contratada, tais como, posto de trabalho, homem/hora, produtividade, entrega de produto específico ou ordem de serviço:

- I - férias;
- II - 1/3 constitucional sobre férias;
- III - 13º salário;
- IV - multa do FGTS por dispensa sem justa causa; e
- V - encargos previdenciários incidentes sobre férias, 13º salário e 1/3 constitucional.

§ 1º A conta vinculada será aberta em banco público oficial, no nome da contratada, e movimentada exclusivamente por ordem da Seção Judiciária.

§ 2º Os valores depositados na conta vinculada são absolutamente impenhoráveis, conforme o [art. 121, § 4º, da Lei nº 14.133/2021](#).

§ 3º Além das verbas trabalhistas especificadas neste artigo, a retenção na conta vinculada incluirá os encargos previdenciários e tributos aplicáveis sobre férias, 13º salário e 1/3 constitucional, tais como INSS, SESI, SESC, SENAI, SENAC, INCRA, salário-educação, FGTS, RAT + FAP e SEBRAE, conforme previsto em regulamentos específicos, observado o disposto no [art. 31 da Lei nº 8.212/1991](#).

§ 4º Os pagamentos efetuados à contratada estarão sujeitos à retenção na fonte dos tributos previstos na legislação aplicável, incluindo, quando cabível, o Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS), Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e demais encargos exigidos pela legislação tributária vigente.

§ 5º Os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador, mediante comprovação documental, conforme disposto no [§ 3º, inciso V, do art. 121 da Lei nº 14.133/2021](#).

§ 6º No caso de pagamento direto aos empregados por inadimplemento da contratada, os valores pagos serão deduzidos do montante devido à contratada, consoante prevê o [inciso IV do § 3º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.2. Os percentuais de retenção referentes às provisões dos encargos trabalhistas estão definidos na tabela abaixo:

<b>Título</b>	<b>VARIAÇÃO RAT AJUSTADO 0,50% A 6,00%</b>
---------------	--

	EMPRESAS		SIMPLES	
Provisões	Mínimo 34,30% 0,50%	Máximo 39,80% 6,00%	Mínimo 28,50% 0,50%	Máximo 34,00% 6,00%
13º salário	8,33	8,33	8,33	8,33
Férias	8,33	8,33	8,33	8,33
1/3 Constitucional	2,78	2,78	2,78	2,78
Subtotal	19,44	19,44	19,44	19,44
Incidência do Submódulo 2.2	6,66	7,73	5,54	6,61
Multa do FGTS	3,44	3,44	3,44	3,44
Encargos a contingenciar	29,54	30,61	28,42	29,49

7.3 A movimentação da conta vinculada será autorizada nas seguintes hipóteses:

I - pagamento direto aos empregados: quando a Seção Judiciária autorizar e solicitar ao banco público oficial a transferência dos valores diretamente para a conta dos empregados, para quitação de encargos trabalhistas vencidos.

II - resgate pela contratada: quando a empresa comprovar que já efetuou os pagamentos aos empregados e solicitar o reembolso correspondente.

§ 1º Para resgatar os recursos da conta vinculada na hipótese do inciso II, a empresa contratada deverá apresentar à unidade competente da Seção Judiciária os documentos comprobatórios do pagamento efetivo das verbas trabalhistas e previdenciárias devidas aos empregados alocados na execução do contrato.

§ 2º A Seção Judiciária, por meio de seus setores competentes, expedirá, após a conferência dos cálculos e a verificação da documentação, a autorização para movimentação dos recursos creditados na conta vinculada e encaminhará à instituição financeira no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

§ 3º O banco público oficial deverá apresentar ao órgão contratante, no prazo de 10 (dez) dias úteis, os comprovantes de depósito realizados nas contas dos beneficiários.

§ 4º Caso haja saldo na conta vinculada após a quitação das verbas rescisórias dos empregados desligados, os valores deverão ser utilizados para quitação proporcional das obrigações trabalhistas dos empregados remanescentes, de acordo com o tempo de alocação na execução do contrato.

§ 5º A liberação dos valores da conta vinculada será realizada mediante autorização formal da Seção Judiciária, que encaminhará solicitação à instituição financeira, conforme procedimentos definidos no termo de cooperação.

§ 6º Após cada movimentação da conta vinculada, o banco público oficial deverá comunicar à Seção Judiciária por meio de sistema eletrônico integrado ou outro meio definido no termo de cooperação, permitindo acesso em tempo real aos saldos e extratos.

7.4. Nos casos de rescisão de contrato de trabalho de empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, a Seção Judiciária deverá requerer assistência do sindicato da categoria, quando exigível por norma coletiva, para verificar se os termos da rescisão do contrato de

trabalho estão corretos.

§ 1º Caso a convenção coletiva ou o sindicato exijam o pagamento antes da homologação, a empresa poderá solicitar o resgate da conta vinculada para pagamento das verbas rescisórias, devendo apresentar à Seção Judiciária, na situação consignada no inciso II do referido artigo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta-corrente do empregado, a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários.

§ 2º A contratada poderá solicitar o resgate ou a movimentação da conta-depósito vinculada para quitação das verbas trabalhistas contingenciadas em relação aos empregados que comprovadamente atuaram na execução do ajuste e que serão desligados do quadro de pessoal da empresa contratada, em decorrência do encerramento da vigência do contrato.

§ 3º Se após o(s) resgate(s) ou a(s) movimentação(ões) indicado(s) no parágrafo anterior houver saldo na conta-depósito vinculada, o valor deverá ser utilizado pela contratada para pagamento aos empregados que permaneceram no quadro de pessoal da contratada à medida que ocorrerem os fatos geradores das verbas trabalhistas contingenciadas, observada a proporcionalidade do tempo em que o empregado esteve alocado na prestação dos serviços por força contratual.

§ 4º O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação -, será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

§ 5º Para os fins deste contrato, a homologação em sindicato diverso ao da categoria somente será aceita quando prevista em instrumento coletivo de trabalho.

7.5. Os valores depositados na conta vinculada serão remunerados diariamente pelo índice da caderneta de poupança ou outro índice de maior rentabilidade.

7.6. Após a assinatura do contrato, a Seção Judiciária deverá formalizar junto ao banco público oficial a solicitação de abertura da conta vinculada em nome da empresa contratada, nos termos do art. 7º da Res.651/25

§ 1º A empresa contratada deverá assinar os documentos de abertura da conta vinculada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, e firmar termo que permita a Seção Judiciária:

I - acessar os saldos e extratos da conta vinculada; e

II - condicionar a movimentação dos valores à sua autorização expressa.

§ 2º O prazo para assinatura dos documentos poderá ser prorrogado pela Seção Judiciária, mediante justificativa formal da empresa contratada.

7.7. Eventuais despesas bancárias deverão ser suportadas na taxa de administração da empresa contratada, caso haja cobrança de tarifas e não seja possível a negociação de isenção ou redução. Caso o banco público oficial realize descontos diretamente na conta vinculada, os valores correspondentes serão destacados do pagamento mensal à contratada.

7.8. O saldo remanescente da conta vinculada deverá ser liberado à contratada após o encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, mediante comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

§ 1º A empresa contratada poderá solicitar o resgate ou a movimentação da conta vinculada para quitação das verbas rescisórias dos empregados que comprovadamente atuaram na execução do contrato e que serão desligados em decorrência do encerramento da vigência contratual.

§ 2º Caso haja saldo na conta vinculada após o resgate para pagamento das verbas

rescisórias, os valores deverão ser utilizados para quitação das obrigações trabalhistas dos empregados que permanecerem na empresa, proporcionalmente ao tempo em que estiveram alocados na execução do contrato.

7.9. Na sucessão de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra com a mesma empresa, os valores provisionados durante a execução do contrato, correspondentes ao excedente do saldo da conta vinculada após a quitação das obrigações de que trata o item 7.1, poderão ser liberados em relação aos terceirizados que permanecerão alocados na prestação dos serviços do novo contrato.

§ 1º O requerimento de liberação de valores formulado pela empresa requerente será instruído com cálculos individualizados por empregado que continuar vinculado ao novo contrato.

§ 2º O ordenador de despesas da Seção Judiciária instruirá o procedimento administrativo com planilhas analíticas dos valores depositados na conta vinculada e autorizará a liberação de valores desde que constatada a suficiência do saldo remanescente, nos termos do art. 13 da Resolução CNJ N. 651, de 29/09/2025, observando-se o [art. 50 da Lei nº 14.133/2021](#), e, no que couber, o "Caderno de Logística" sobre "Conta Vinculada" elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em 2018 e nas edições eventualmente atualizadas.

7.10. Demais disposições sobre retenção de provisões para encargos trabalhistas, previdenciários e demais garantias em contratações administrativas com dedicação exclusiva de mão de obra, serão disciplinadas pela Res. 651/25.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

8.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

8.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

8.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

8.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

8.5.4. certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

8.5.5. certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

8.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não

- transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 8.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 8.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 8.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 8.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 8.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 8.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 8.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 8.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 8.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 8.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 8.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 8.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 8.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 8.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 8.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 8.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

8.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

8.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

8.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

8.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

8.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

8.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

8.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

8.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

8.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

8.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

8.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

8.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

8.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

8.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

8.40. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o

momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

8.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

8.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;

8.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitadas e humanizadas no ambiente laboral;

8.44. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;

8.45. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciadores contra retaliações;

8.46. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;

8.47. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;

8.48. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;

8.49. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.

8.50. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

8.51. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

8.52. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

8.53. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

8.54. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

8.55. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

8.55.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão

obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

8.55.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

8.56. O CONTRATADO deverá manter substituto para cobertura de férias e ausências legais dos empregados alocados, conforme percentuais previstos na Portaria CJF nº 168/2025.

8.57. O CONTRATADO deverá assegurar que os empregados por ela alocados na execução dos serviços não exerçam atividades de advocacia incompatíveis com suas funções perante a Justiça Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso e suas Subseções, em conformidade com o disposto no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB) e das diretrizes de integridade institucional fixadas pelas Resoluções CNJ nº 410/2021 e CJF nº 147/2011.

8.57.1. É vedado aos empregados da CONTRATADA que atuem, ainda que indiretamente, nas dependências da Justiça Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso ou de suas Subseções, o exercício da advocacia enquanto perdurar sua alocação contratual junto ao órgão, nos termos do art. 28, inciso IV, da Lei nº 8.906/1994.

8.57.2. A vedação aplica-se a todos os colaboradores alocados no contrato, independentemente da função exercida, considerando o vínculo funcional indireto e o acesso, ainda que potencial, a sistemas, dados, processos ou ambientes institucionais.

8.57.3. A inobservância desta obrigação ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas neste contrato e na Lei nº 14.133/21.

8.58. Em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo para o Aviso Prévio Trabalhado será de **0,194% (zero vírgula cento e noventa e quatro por cento) por ano adicional**, a ser incluído por ocasião da formulação do termo aditivo correspondente, em conformidade com a Lei nº 12.506/2011 (Acórdão TCU 1586/2018 Plenário).

8.59. O CONTRATADO deverá assegurar o registro da jornada de trabalho de todos os empregados alocados na execução contratual, mediante sistema eletrônico de controle de frequência, compatível com os requisitos estabelecidos na legislação trabalhista vigente (art. 74, §2º, da CLT, e Portaria MTP nº 671/2021), quando contar com mais de 10 (dez) empregados.

8.59.1. Ainda que o quantitativo de empregados seja igual ou inferior a 10 (dez), é recomendável que a contratada adote o registro eletrônico de ponto.

8.60. O CONTRATADO deverá instruir os profissionais a serem alocados nos postos de trabalho no sentido de cumprir as normas e os regulamentos internos da CONTRATANTE, inclusive quanto a existência do Código de Conduta da Justiça Federal e a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, sem que isso implique qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

8.61. O CONTRATADO deverá observar, sempre que possível, a participação equânime de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres, conforme Resolução CNJ n. 540, de 2023.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1. São obrigações do CONTRATANTE:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

9.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

9.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

9.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

9.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

9.1.8.5. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

9.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

9.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Seção Judiciária de Mato Grosso para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

9.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 dias

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de

aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133/21](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias ;

(2) Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia, sobre o valor mensal do contrato, limitado a 5% no caso de atraso injustificado na abertura da conta-depósito vinculada;

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 11.1, de 5% a 10% do valor do Contrato .

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item .11.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133/21](#))

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21](#)).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133/21](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/21](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846/13](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133/21](#))

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133/21](#))

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência poderá ser prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar o ajuste da programação de execução fixada para o contrato.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133/21](#)).

12.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

12.7. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

12.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

12.9. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

12.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

12.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

12.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

12.11. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

12.13. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133/21](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133/21](#).

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

16.1. A garantia será prestada em uma das modalidades do art. 96 da Lei 14.133/2021 (caução em dinheiro ou títulos, seguro-garantia ou fiança bancária), no percentual definido no Termo de Referência.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO**

17.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de

setembro de 2024.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133/21](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133/21, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO**

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Cuiabá, Seção Judiciária de Mato Grosso para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Cuiabá, *na data da assinatura eletrônica*.

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

---

Av. Rubens de Mendonça, 4888 - Fórum Federal JJ Moreira Rabelo - Bairro Centro Político Administrativo - CEP 78049-942 - Cuiabá - MT - [www.trf1.jus.br/sjmt/](http://www.trf1.jus.br/sjmt/)

0004993-76.2025.4.01.8009

25104780v4